



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Paul Veyne e Hayden White: duas visões acerca da narrativa histórica

Julierme Morais¹

Resumo: Neste artigo problematizamos o estatuto epistemológico do conhecimento histórico, tomando como objeto privilegiado de reflexão as perspectivas teóricas acerca da narrativa histórica e seus condicionamentos/desdobramentos defendidas pelo historiador francês Paul Veyne e pelo teórico estadunidense Hayden White. O cotejo das visões de Veyne e White permite a compreensão de que, muito embora se aproximem, as mesmas possuem divergências teóricas merecedoras de destaque, sobretudo porque interpretações unificadoras elidiram-nas e, simultaneamente, obscureceram sua potencial contribuição ao debate sobre dimensão criativa/ficcional do ofício do historiador.

Palavras-chave: História; narrativa histórica, Paul Veyne, Hayden White.

Abstract: In this article we discuss the epistemological status of historical, knowledge taking the privileged object of reflection the theoretical perspectives about the historical narrative and its conditioning/unfolding defended by the French historian Paul Veyne and the American theorist Hayden White. The comparison of the views of Veyne and White allows the understanding that, although they are close theoretically, they have divergences worthy of prominence, mainly because unifying interpretations elided them and, at the same time, obscured their potential contribution to the debate on the creative/fictional dimension of the craft of the historian.

Keywords: History, Historical narrative, Paul Veyne, Hayden White.

Introdução

No campo da produção intelectual do Ocidente, desde Aristóteles no século IV a.C.², passando por Johann Gustav Droysen e Georg Gottfried Gervinus no século XIX³ e desembocando no interminável debate acadêmico potencializado na segunda metade do século XX entre teóricos do calibre de Frank Ankersmith, Roland Barthes, Peter Burke, Michel de Certeau, Roger Chartier, Arthur Danto, Peter Gay, Carlo Ginzburg, Eric Hobsbawm, Paul Ricoeur, Jörn Rüsen, Laurence Stone, Paul Veyne e Hayden White⁴, a constância da reflexão

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); docente da área de Teoria e Metodologia da História da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Bolsista do programa Bolsa de Incentivo ao Pesquisador (BIP-UEG).

² Cf. (ARISTÓTELES, 1966).

³ Cf. (DROYSEN, 2009), (GERVINUS, 2010).

⁴ A bibliografia é enorme, cabendo-nos apenas mencionar algumas obras dos referidos pesquisadores. Respectivamente, cf. (ANKERSMIT, 2012), (BARTHES, 2004), (BURKE, 1992, p. 327-348), (CERTEAU, 2007, p. 65-119), (CHARTIER, 2002), (DANTO, 2006), (GAY, 1990), (GINZBURG, 2002; 2007), (HOBSBAWM,

acerca das relações entre a História e a ficção tem gerado uma autocrítica epistemológica entre os historiadores que refina sistematicamente nossos pressupostos teórico-metodológicos. O estado da arte nos estudos históricos, sem dúvida, gera uma sensação recorrente de que, de tempos em tempos, o terreno muito bem nivelado e firme em que pisamos para produzir nossas pesquisas sofre um abalo sísmico, nos encaminhando à procura de um lugar mais seguro para que possamos avaliar os motivos do abalo e configurar um novo horizonte de expectativas. O último destes abalos, que longe de ser estático é tão dinâmico cuja demarcação se torna difícil, pode ser caracterizado após maio de 1968. Como destacou François Dosse (2001, p. 113):

Maio de 1968 é um acontecimento-ruptura importante de nossa história contemporânea [...]. Delicado é o intento de decifrar os efeitos do movimento de maio numa disciplina como a história, que de chofre se vê diante do movimento, mas logo em seguida de seu recuo, do refluxo da contestação global para uma fragmentação da sensibilidade de maio que se exprime rapidamente em práticas pontuais, tópicas, marginais, para em seguida sofrer a assimilação por parte da sociedade de consumo [...].

Todavia, é oportuno mencionar que depois das barricadas e da manobra política de Gaulle nos foi possível perceber de forma mais clara o esgotamento político-ideológico de inúmeros movimentos culturais de contestação ao *status co*, ao mesmo tempo em que se manifestaram com maior força diversas transformações econômicas, sociais e políticas de grande vulto, tais como a deflagração do processo de “revolução científico-tecnológica” — com o advento da microeletrônica, do audiovisual mais refinado, da massificação do consumo, do desenvolvimento desenfreado das telecomunicações e da ênfase na técnica —, o esfacelamento de um “estado de bem estar social” e a difusão e absorção do neoliberalismo econômico. De um modo geral, concordamos com Antony Giddens (1991, p. 45-51), pois

[...] descobrimos que nada pode ser conhecido com alguma certeza, desde que todos os “fundamentos” preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade; que a “história” é destituída de teleologia e conseqüentemente nenhuma versão de “progresso” pode ser plausivelmente defendida; e que uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez de novos movimentos sociais em geral. [...] a radicalização da modernidade é tão perturbadora, e tão significativa. Seus traços mais conspícuos — a dissolução do evolucionismo, o desaparecimento da teleologia histórica, o reconhecimento da reflexividade meticulosa, constitutiva, junto com a evaporação da posição privilegiada do Ocidente — nos levam a um novo e inquietante universo de experiência.

Na condição de “homem-contradição”, assim como designou Jean-Paul Sartre (1994, p. 8) ao se referir ao intelectual moderno, os sujeitos envolvidos com as Ciências Humanas, em especial diversos historiadores, se lambuzaram com o pós-estruturalismo e o desconstrutivismo,

1998, p. 201-206), (RICOEUR, 1994, 3 tomos), (RÜSEN, 2001; 2007a; 2007b), (STONE, 1991, p. 13-37), (VEYNE, 2008), (WHITE, 1994; 2008).

aderindo a uma visão desacreditada atinente ao racionalismo moderno cartesiano; fator que impulsionou inúmeros debates sobre a maneira pela qual o conhecimento histórico havia sido produzido e tomado forma até então, levando de roldão, para citar apenas alguns exemplos, o materialismo histórico, a perspectiva de história global dos *Annales*, a história quantitativa estadunidense e uma proposta mais rígida atinente à cientificidade do conhecimento histórico oriunda do século XIX.

Com efeito, entre os elementos desse processo reflexivo figuraram variadas visões acerca da narrativa histórica e suas características, condicionamentos, desdobramentos e função social. Duas delas, em especial, configuram nossa principal preocupação no presente artigo: a visão da narrativa histórica como um “romance real” — tal como proposto pelo historiador francês Paul Veyne (2008) — e a visão da narrativa histórica enquanto “ficção literária” — defendida pelo teórico estadunidense Hayden White (1994, 2008). A escolha de Veyne e White se justifica, sobretudo porque malgrado pareçam defender a mesma perspectiva teórica, os autores possuem dissonâncias que devem ser problematizadas no sentido de que suas respectivas contribuições aos estudos históricos não sejam obscurecidas por interpretações unificadoras. Neste sentido nos propomos a problematizar, num primeiro momento, as asserções de Paul Veyne. Em seguida, procuramos refletir acerca das propostas de Hayden White. Por fim, nosso intuito é enfatizar as dissonâncias, similaridades e/ou discordâncias das perspectivas teóricas de ambos, especialmente no fito de “clamar” aos estudiosos da narrativa histórica um exame mais acurado de Veyne e White enquanto um processo de autorreflexão epistemológica sobre nosso próprio “ofício”.

Paul Veyne e a História como “romance real” surgido de uma trama/intriga

No âmago do supracitado processo de mudança de paradigma, ou da falta dele, historiadores e não historiadores passaram a colocar sob suspeição elementos da *práxis* historiográfica supostamente já tomados como “verdade autoexplicativa”, enveredando-se em reflexões teórico-metodológicas intermináveis. Paul Veyne, historiador francês especialista em antiguidade romana, sob forte influência do filósofo francês Michel Foucault⁵ se tornou um dos

⁵ Na década de 1960 Foucault problematizou uma série de questões pertencentes ao campo da produção do conhecimento histórico, obviamente agradando alguns e desagradando outros. Empenhando-se em boa parte de suas pesquisas na reflexão tocante à relação intrínseca entre discursos e práticas para a constituição dos campos do saber e, automaticamente, da própria noção de verdade, o filósofo francês, dentre outros elementos, propôs três deslocamentos referentes à maneira pela qual os historiadores deveriam produzir História. Primeiro, enfatizou a necessidade de não memorizarem os *monumentos* e transformá-los em *documentos*, mas, sim, compreenderem os

primeiros a entrar no debate. Com o ensaio de 1970 intitulado *Como se Escreve a História*, o historiador foi enfático desde o início de seus argumentos:

O que é a história? A julgar pelo que ouvimos à nossa volta, é indispensável que a questão seja recolocada. [...] não é um debate em vão o de se saber se a história é uma ciência, pois “ciência” não é uma palavra sagrada, mas um termo preciso, e a experiência mostra que a indiferença pela discussão sobre termos é, frequentemente, acompanhada por uma confusão de ideias sobre a própria coisa. Não, a história não tem método: tentem pedir que lhes demonstre seu método. Não, ela não explica coisa alguma, se é que a palavra explicar tem sentido [...]. Não basta afirmar, mais uma vez, que a história fala “daquilo que jamais se verá duas vezes;” também não se trata de pretender que ela é subjetividade, perspectivas, que interrogamos o passado a partir de nossos valores, que os fatos históricos não são coisas, que o homem se compreende e não se explica, que dele, não é possível haver ciência. [...] A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; ela não explica e não tem método; melhor ainda, a História da qual muito se tem falado nesses dois últimos séculos não existe. [...] Os historiadores narram fatos reais e têm o homem como ator; a história é um romance real (VEYNE, 2008, p. 11-12).

Além de mencionar que a história tratava do específico e irrepetível, dependia da subjetividade do sujeito do conhecimento histórico e visava compreender, as colocações são precisas, especialmente no sentido de elucidar que a produção do conhecimento histórico, que muitos historiadores postularam ser científica, não poderia ser considerada como tal, pois não possuía método, tampouco explicava alguma coisa como as ditas “ciências”. A afirmativa segundo a qual a história não possuía método soou como um ataque sério aos historiadores, cuja crença geralmente recaía na ideia de que a história se constituiria em uma ciência justamente por utilizar de uma metodologia para lidar com as fontes⁶. Nesse prisma, o modelo de história consagrado nos últimos dois séculos não passava de uma ilusão para Veyne. O homem visto sob esta perspectiva deveria ser pensado apenas como um personagem dentro da história, um ator em meio aos acontecimentos recortados e armados em uma “intriga” efetuada pelo historiador. Desta feita, o ponto central dos argumentos iniciais de Paul Veyne se concentrou na afirmação de que a história seria um “romance real”. Para ele, a história não pertencia ao campo das ciências, mas das narrativas — um romance —, contudo, constituiria-se num “romance real”, na medida em que, ao contrário das narrativas ficcionais, por natureza, o conteúdo da narrativa histórica — os eventos e acontecimentos — precisava ter efetivamente

documentos enquanto *monumentos* na procura de decifrar a massa de elementos que os compõe por meio da tentativa de definição de suas relações, seja por seu isolamento, agrupamento e/ou organização em conjunto. Segundo, colocou como inevitável uma renúncia à produção de uma história global, de séries contínuas e cuja racionalidade seria articulada com uma leitura teleológica e escatológica da temporalidade, no sentido de valorizar as discontinuidades históricas, as diferenças, rupturas e transformações. Terceiro, pontuou a matização dos discursos, compreendendo-os como práticas provenientes da formação dos saberes e desdobrados de um jogo estratégico articulado às relações de poder. Respectivamente, Cf. (FOUCAULT, 1981; 1996; 2004).

⁶ O filósofo Paul Ricoeur (1994, p. 245, tomo II), ao nosso ver, é quem melhor elucida tal colocação de Veyne, afirmando: “Não tem método? Entendamos: não tem regra para fazer a síntese dos fatos”.

acontecido. Aqui foi retomada a clássica distinção entre o historiador e o poeta efetuada por Aristóteles (1966, p. 50) segundo a qual o historiador narra coisas que sucederam e o poeta coisas que poderiam suceder, porém Paul Veyne não se furtou em destacar que “[...] em nenhum caso, o que os historiadores chamam de um evento é apreendido de maneira direta e completa, mas sempre incompleta e lateralmente, por documentos ou testemunhos, ou seja, por *tekmeria*, por indícios” (VEYNE, 2008, p. 18).

Dentro dessa lógica argumentativa, depreende-se que Veyne entendeu o documento como elemento fundamental para a construção do “romance real” que os historiadores produziam, uma vez que a história seria, em essência, “conhecimento por meio de documentos”. Os documentos, portanto, mesmo dando acesso incompleto e indireto aos eventos passados, se constituíam num recurso indispensável à reapresentação romanceada do pretérito. É justamente por essa relação indireta e de incompletude, por meio da qual o historiador lida com passado, que Paul Veyne tratou de reafirmar o caráter narrativo do conhecimento histórico, pontuando:

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é o dos atores; é uma narração que permite alguns falsos problemas. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos (VEYNE, p. 18).

Houve uma compreensão por parte de Veyne de que a narrativa dos eventos passados forma o corpo do que se denomina história. Para ele, o historiador tinha a possibilidade — e a colocava em prática — de, no decorrer da elaboração do conhecimento histórico, selecionar, simplificar, organizar as ideias e os eventos, promovendo uma verdadeira síntese, que abria margem para que uma temporalidade histórica muito abrangente fosse narrativizada em poucos parágrafos. O procedimento de narrativização, nesse sentido, seria condição *sine qua non* para a própria existência do conhecimento histórico, tal como a documentação histórica. O historiador, nesse sentido, seria livre para escolher o seu foco de pesquisa, recortar o que pretendia destacar e/ou omitir as informações que colheu na documentação acerca do campo histórico, pois a temporalidade passada e os acontecimentos que o constituíram, antes de serem lapidados pelas mãos do pesquisador, não possuíam uma articulação precisa, lógica e natural. Dessa forma,

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou

segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa; a gênese da sociedade feudal, a política mediterrânea de Felipe II ou somente um episódio dessa política, a revolução de Galileu. A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance, *Guerra e Paz* ou *Antonio e Cleópatra*. Essa trama não se organiza, necessariamente, em uma sequência cronológica; como um drama interior, ela pode passar de um plano para outro; a trama da revolução de Galileu o colocara em choque com os esquemas de pensamento da física, no começo do século XVII, com as aspirações que sentia em si próprio, com os problemas referenciais à moda, platonismo e aristotelismo etc. A trama pode se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral: ela será sempre uma trama porque será humana, porque não será um fragmento de determinismo. [...] Quais são, pois, os fatos dignos de suscitar a atenção do historiador? Tudo depende da trama escolhida, um fato não é nem interessante, nem o deixa de ser (VEYNE, 2008, p. 42-43).

Subjaz ao contundente argumento de Veyne a ideia de que os fatos históricos possuem uma ligação entre si, isto é, não são estanques. Justamente por esse motivo ele considerava que o historiador buscava articulá-los no fito de formar o tecido histórico: a trama. Nesse procedimento caberia ao historiador manter uma relação de coerência entre a *narrativização* (fatos interligados colhidos na documentação histórica) e a *semantização* (atribuição de sentido aos fatos no enredo urdido)⁷, pois os fatos escolhidos dependeriam da trama pretendida pelo historiador. Nas palavras do próprio Veyne (2008, p. 45), “O historiador escolhe, livremente, o itinerário para descrever o campo factual, e todos os escolhidos são válidos (mesmo que não sejam tão interessantes)”. Paul Ricoeur clarifica as colocações do historiador francês, ressaltando:

Se o campo histórico é, como se disse, completamente indeterminado, tudo o que aí se encontra realmente ocorreu, mas numerosos itinerários podem aí ser traçados. Quanto à arte de traçá-los, ela depende do gênero histórico, com os diferentes modos que se teve de concebê-lo através de todos os séculos (RICOEUR, 1994, p. 245, tomo I).

Uma exigência fundamental para a constituição da trama/intriga e, por consequência, do “romance real” urdido pelo historiador, para Veyne, seria a de que ela fosse compreensível. O que garantiria essa compreensão seria a noção de explicação por ele defendida. A saber:

[...] o termo explicação é tomado, ora num sentido forte, onde explicar significa “atribuir um fato a seu princípio ou uma teoria a uma outra mais geral”, como fazem as ciências ou a filosofia; ora num sentido fraco e familiar, como ao dizer: “deixe-me explicar-lhe o que se passou e logo compreenderá”. [...] a despeito de certas aparências e de certas esperanças, não existe explicação histórica no sentido científico da palavra [...] essas explicações levam àquelas do segundo sentido do termo; essas explicações “familiares”, do segundo gênero, são a verdadeira, ou melhor, a única forma de explicação histórica [...] Cada um sabe que, abrindo um livro de história, o compreende como um romance ou algo parecido; por outras palavras, explicar, da

⁷ Quem problematiza a narrativa histórica utilizando a terminologia *semantização* e *narrativização* é Michel de Certeau. cf. (CERTEAU, 2007, p. 100-101).

parte do historiador, quer dizer “mostrar o desenvolvimento da trama, fazer compreendê-la”. Assim é a explicação histórica: sublunar e nunca científica; nós lhe reservamos o nome de compreensão. [...] assim é o mundo do sublunar da história, onde reinam, lado a lado, liberdade, acaso, causas e fins, em oposição ao mundo da ciência, que só conhece leis (VEYNE, 2008, p. 82-83).

Veyne nos apresentou dois modelos de explicação: a científica e a familiar. Enquanto a primeira é considerada um tipo de explicação dependente de exposição, dedução e previsão à luz da aplicação leis gerais, tais como as ciências e/ou a filosofia, a segunda faz parte do cotidiano, ou seja, é a explicação com base no dia a dia dos sujeitos históricos, portanto, única forma de explicação histórica. Nesta medida precisa, explicar em história seria “mostrar o desenvolvimento da trama”, isto é, fazer com que o leitor a compreendesse.

Justamente por esse motivo que Paul Veyne constatou que a explicação histórica deveria ser tomada como compreensão: capacidade do historiador em contar numa intriga compreensível como as coisas se passaram. Tal capacidade poderia ser atingida, segundo Veyne, por meio de dois procedimentos fundamentais e complementares: causalidade e a retrodicção. Uma vez que a documentação referente ao campo histórico pretérito possui lacunas, a retrodicção assumiria um papel importante, já que as preencheria numa intrínseca relação com possibilidades de explicação causal, pois “Toda retrodicção coloca, pois, em jogo uma explicação causal (a sede faz o rei beber) e talvez mesmo (pelo menos é o que se afirma) uma verdadeira lei (alguém que tenha sede beberá, se puder)” (VEYNE, 2008, p. 118). Em vista disso, Veyne pontuou:

A explicação histórica não é nomológica, é causal; como causal, contém algo de geral: o que não é coincidência fortuita tem vocação para se reproduzir; mas não podemos dizer exatamente nem o que se reproduzirá, nem em que condições. Em face da explicação, que é própria das ciências físicas ou humanas, a história aparece como uma simples descrição do que se passou; explica *como* as coisas aconteceram, faz compreender. Narra como uma maçã caiu da árvore: esta maçã estava madura, começou a ventar e o vento sacudiu a macieira; é a ciência que vai revelar por que a maçã caiu; mesmo que fizéssemos o histórico mais detalhado de uma queda de maçã, não iríamos nunca incluir aí as circunstâncias da atração, já que esta é uma lei oculta e que foi necessário descobri-la; chegaremos, quando muito, ao truísmo que os objetos, que não sustentados, caem (VEYNE, 2008, p. 134).

A partir dessas colocações apreende-se que, para Veyne, a história nunca se tornará uma ciência no sentido *stricto* do termo, pois o modelo de explicação que os historiadores oferecem não pode ser enquadrado em qualquer possibilidade de exposição nomológica. Os eventos lançados à baila pelo “romance real” urdido pelo historiador são explicados na medida em que são compreensíveis. Nessa trama muito humana e nada científica o pesquisador em história partiria do específico para chegar ao geral, dos eventos individuais para chegar ao concreto; um

todo integrado com base numa explicação causal que seria efetivamente descritiva e sintética. Concordamos com Paul Ricoeur, quando o filósofo acentua:

Para ser completamente convincente, Paul Veyne deveria explicar como a história pode permanecer uma narrativa quando cessa de ser factual, seja porque se torna estrutural, seja porque se torna comparativa, seja, enfim, porque reagrupa em série itens, extraídos do *continuum* temporal. Em outras palavras, a questão que o livro de Paul Veyne coloca é a de saber até onde se pode estender a noção de intriga sem que ela cesse de ser discriminante (RICOEUR, 1994, p. 249, tomo I).

De todo modo, nos cabe destacar que, conforme Paul Veyne, o “romance real” produzido pelos historiadores constitui-se num conhecimento indireto, incompleto, lacunar, de natureza sublunar e profundamente caracterizado pela subjetividade do produtor do conhecimento histórico, que por meio de uma trama/intriga faz incidir foco em determinada temporalidade pretérita sob determinado ponto de vista e espaço de experiências. Entretanto, também é válido ressaltar que Veyne, mesmo ressaltando que a história não seria uma ciência, não se constitui num inimigo irremissível daqueles que postulam a cientificidade do conhecimento histórico pautando-se na noção de compromisso do historiador com a verdade. Na concepção do historiador francês, malgrado o conhecimento histórico não possuísse um método próprio e não explicasse nomologicamente o passado, tal ausência não impediria que os profissionais da história buscassem garantir verdade à trama urdida, bem como produzir um conhecimento válido para vida prática dos indivíduos, pois a história seria uma arte que supõe aprendizagem de uma experiência” (VEYNE, 2008, p. 127).

Hayden White e a narrativa histórica como “ficção literária”

Há aproximadamente cinquenta anos o teórico da literatura e da história Hayden White, professor emérito da Universidade da Califórnia, Santa Cruz (EUA), adentrou de maneira peculiar no debate atinente à narrativa histórica e à própria viabilidade do conhecimento histórico se constituir em uma maneira alvissareira de resgate do passado sob parâmetros científicos. Do interior do chamado *Linguistic turn*⁸, que colocou a linguagem e suas mais

⁸ Não é tarefa fácil designar o *Linguistic turn*, tampouco encontrar sua origem. Grosso modo, pode-se afirmar que o movimento surge entre os “filósofos linguísticos” — com base na premissa de que não é possível resolver questões filosóficas por meio de métodos que não sejam linguísticos, ou seja, nada além da linguagem seria alvissareiro no sentido de resolver as questões colocadas pela filosofia. Essa perspectiva ganha maior notoriedade entre a comunidade de historiadores com a publicação, em 1967, da coletânea de textos organizada por Richard Rorty. (RORTY, 1990). Outros pesquisadores, como Roger Chartier (2002, p. 101-111), pensam o *Linguistic turn* como um movimento surgido nos Estados Unidos e influenciado pela linguística estrutural de Ferdinand de Saussure. Nessa perspectiva, o movimento é identificado como concebendo a linguagem enquanto um sistema fechado de signos alheios a intenção de quem os proferiram.

variadas formatações e implicações socioculturais no centro das preocupações das Ciências Humanas, White iniciou sua empreitada em propor uma nova agenda teórico-metodológica aos estudos históricos.

Em 1966, ou seja, quatro anos antes de Veyne publicar o ensaio já problematizado no presente texto, Hayden White publicou na revista *History and Theory* o idiossincrático *O fardo da história*. Em tom acusatório iniciou seu texto com o diagnóstico ácido atinente à postura dos historiadores desde o século XIX. Por um lado, acentuou que diante de ataques acerca da fragilidade científica da história, sobretudo quanto ao método, à representação metafórica pretendida e à dupla face de seus pressupostos, os pesquisadores da história renegavam a noção de ciência experimental ou matemática em privilégio da noção de que a história seria um conhecimento dependente de métodos intuitivos e analíticos. Por outro, pontuou que, em face dos inquéritos referentes à repressão da sensibilidade efetuada pelo produto do conhecimento histórico, especialmente acerca da incapacidade da história em sondar extratos mais profundos da consciência humana (especialmente a imaginação), e da resistência na utilização de formas mais atualizadas de representação literária, os historiadores se apegavam nos argumentos de que a história consistia numa semiciência, de que os dados históricos não poderiam sofrer manipulação artística e de que a narrativa histórica seria condicionada à própria natureza peculiar da matéria histórica (WHITE, 1994, p. 39). Esta “tática fabiana”, para White, permitiu aos historiadores, por muito tempo, inúmeros êxitos frente aos críticos da história, outorgando-lhes o argumento apenas retórico segundo a qual o conhecimento histórico se localizava em um plano mediano entre ciência e arte, portanto: epistemologicamente neutro, fator que coagia as acusações dos literatos, amenizava as críticas dos cientistas sociais, bem como arregimentava ao papel do historiador, além da mediação entre passado e presente, a capacidade de reunir em seu ofício os dois modos mais conhecidos de compreensão do mundo: ciência e arte (WHITE, 1994, p. 40).

Em face desse diagnóstico nefasto, White se aventurou em discutir a recepção de tal postura atribuída aos historiadores. Expôs que, entre os historiadores contemporâneos, existia uma suspeita de que a “tática fabiana” atuava para impedir reflexões mais sérias acerca dos avanços operados na literatura e nas ciências sociais e, entre os não-historiadores, reinava a opinião segundo a qual o pesquisador da história não seria o mediador entre ciência e arte, mas sim o “inimigo irremissível de ambas”. Nesta medida, o teórico foi enfático ao afirmar um ressentimento generalizado para com os historiadores, sobretudo porque soava “como má fé” — nos termos de Jean Paul Sartre — o procedimento no qual os mesmos reivindicavam para si os privilégios do artista e do cientista e, simultaneamente, se recusavam à submissão aos

critérios mais avançados estabelecidos na ciência e na arte (WHITE, 1994, p. 40). White explicou esse ressentimento por dois flancos: 1º) em função da simulação de ingenuidade teórico-metodológica que trazia consigo a recusa em fazer a uma autocrítica teórica, cujo sentido corresponderia à suplantação da ideia de disjunção radical entre ciência e arte e, por consequência, na revisão do próprio papel de mediador entre ciência e arte. 2º) devido ao consenso entre os pensadores contemporâneos de que não seria mais evidente a distinção entre ciência e arte como formas distintas de compreender o mundo, levando na mesma esteira a descrença do papel do historiador como mediador entre ambos tipos de conhecimento (WHITE, 1994, p. 40-41). À luz dessas considerações, o teórico declarou:

Já não é uma verdade óbvia para a comunidade intelectual como um todo que o estudo desinteressado do passado — “a bem do propósito do passado”, como diz o clichê — dignifica ou até ilumina a humanidade. Como efeito, o consenso tanto nas artes quanto nas ciências parece ser exatamente o oposto. E segue-se que o *fardo do historiador* em nossa época é restabelecer a dignidade dos estudos históricos numa base que os coloque em harmonia com os objetivos e propósitos da comunidade intelectual como um todo, ou seja, transforme os estudos históricos de modo a permitir que o historiador participe positivamente da tarefa de libertar o presente do *fardo da história* (WHITE, 1994, p. 53).

As colocações são fortes, pois foi colocada sob *suspeição* a própria dignidade dos estudos históricos e ressaltado como “fardo” dos historiadores contemporâneos o seu restabelecimento em novas bases. Quais seriam as novas bases? Antes de responder, White deixava claro aquilo que não poderia persistir como matriz teórico-metodológica do conhecimento histórico, afirmando que as concepções de ciência e arte majoritárias no campo da historiografia — ciência social do fim do século XIX e da arte de meados do século XIX — seriam ultrapassadas, o que desdobrava-se numa concepção também ultrapassada de história (WHITE, 1994, p. 56). Visando o abandono desta matriz, o teórico propôs à historiografia uma guinada, ressaltando:

Já se afigura possível admitir que uma explicação não precisa ser atribuída unilateralmente à categoria do literariamente verídico, de um lado, ou do puramente imaginário, de outro, mas pode ser julgada exclusivamente em função da riqueza das metáforas que regem a sua sequência de articulação. Assim encarada, a metáfora que rege um relato histórico poderia ser tratada como uma *norma heurística que elimina autoconscientemente certos tipos de dados tidos como evidência*. Assim, o historiador que opera segundo essa concepção poderia ser visto como alguém que, a exemplo do artista e do cientista moderno, busca explorar certa perspectiva sobre o mundo que não pretende exaurir a descrição ou a análise de todos os dados contidos na totalidade do campo dos fenômenos, mas se oferece como *um meio entre muitos* de revelar certos aspectos desse campo. [...] Essa concepção da pesquisa e da representação históricas abriria a possibilidade de usar a história as luzes científicas e artísticas da nossa época sem desembocar num relativismo radical e na assimilação da história à propaganda, ou naquele monismo fatal que até agora sempre resultou das tentativas de ligar história e ciência (WHITE, 1994, p. 59-60).

Subjaz a esses argumentos a ideia segundo a qual os historiadores tinham que abandonar a crença de que suas explicações acerca do passado deveriam ser expostas como a única possível, sobretudo em virtude de nosso contrato tácito com a falsa distinção entre verdadeiro/ciência e ficção/arte. Nesta medida, White nos convidou a assumirmos nossos pontos de vista acerca do pretérito e, por consequência, a nos desvencilhar da necessidade de ocultarmos de nossos leitores que no próprio procedimento heurístico da pesquisa histórica já operamos com determinados pontos de vista acerca da documentação. E ainda, ressaltou que tal movimento não implicava em relativismo, pois as ciências e as artes modernas não trabalhavam com a mesma noção de verdade/objetividade dos historiadores.

Com efeito, a agenda proposta por White tocou no cerne da natureza do conhecimento histórico, tal como foi concebida no século XIX e ainda seguida pela esmagadora maioria de historiadores, na medida em que perpassou o tom de crítica descompromissada e colocou em xeque princípios teórico-metodológicos que moldaram os critérios de sentido da narrativa histórica. Com esse investimento, o teórico alocou a história em uma posição de imensa complexidade, pois atribuiu como tarefa aos historiadores contemporâneos o procedimento de autocrítica, propondo um movimento de revisão que invertesse os seus princípios, não mais pautando-se na diferença entre ciência e arte, mas, sim, nas suas relações de semelhança.

As proposições presentes em *O fardo da história* ganharam maior envergadura teórico-metodológica em 1973, momento em que Hayden White publicou sua obra de maior fôlego exploratório, *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Nela, analisou via método formalista obras clássicas de historiadores — Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt — e filósofos da história — Hegel, Marx, Nietzsche e Croce —, tendo como principal propósito a problematização da estrutura profunda da imaginação histórica do século XIX, sobretudo com base na identificação das dimensões epistemológicas, estéticas e morais manifestas nas narrativas dos historiadores e filósofos mencionados. Para tanto, logo de início White tratou de ressaltar a maneira como concebia o texto histórico, sublinhando que consistia em uma “estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (WHITE, 2008, p. 11). Com base neste pressuposto o teórico abordou o que entendia por uma obra histórica ou de filosofia da história, ressaltando:

As histórias (e filosofias da história também) combinam certa quantidade de “dados”, conceitos teóricos para “explicar” esses dados e uma estrutura narrativa que os apresenta como um ícone de conjuntos de eventos presumivelmente ocorridos em tempos passados. Além disso, digo eu, eles comportam um conteúdo estrutural profundo que é em geral poético e, especificamente, linguístico em sua natureza, e que faz do paradigma pré-criticamente aceito daquilo que deve ser uma explicação

eminente “histórica”. Esse paradigma funciona como o elemento “meta histórico” em todos os trabalhos históricos que são mais abrangentes em sua amplitude do que a monografia ou o informe de arquivo (WHITE, 2008, p. 11).

As grandes obras históricas e as filosofias da história foram entendidas como sendo uma combinação de dados, conceitos teóricos explicadores desses dados e uma estrutura narrativa de essência profundamente poética e linguística por natureza. A indistinção entre o resultado do trabalho de historiadores e filósofos da história automaticamente colocou a perspectiva de White em choque direto com aquilo que, desde o século XIX, foi praticamente canonizado no campo da historiografia⁹. Dito de outro modo, ocorreu um rompimento com a perspectiva segundo a qual, enquanto o trabalho histórico científico investigava o pretérito com base no controle metodológico que permitia a comprovação empírica de explicações à luz de dados colhidos na documentação, as obras de filosofia da história constituíam-se em especulações metafísicas, especialmente universalistas e preocupadas com o sentido da história na temporalidade. Para Paul Ricoeur (1994, p. 231, tomo I), tal indistinção efetuada por White é amparada na ideia segundo a qual toda grande obra histórica, a exemplo das filosofias da história, não se furta em explicitar uma visão de conjunto do mundo histórico em sua temporalidade.

Com base nisto, White se deparou com a necessidade de conceptualizar os diversos níveis do trabalho histórico, dividindo-os em *elementos primitivos* — a crônica e a estória — e *elementos não-primitivos* — os modos de explicação por elaboração de enredo, os modos de explicação por argumentação formal e os modos de explicação por implicação ideológica —, bem como ressaltando que o trabalho histórico consistia numa tentativa de mediação entre o campo histórico (experiência pretérita), o registro histórico não processado (dados), outros relatos históricos (dados que já sofreram algum tratamento) e um público. Nesse sentido, enquanto a crônica constituiria-se no registro sincrônico de acontecimentos temporalmente arranjados na ordem de sua ocorrência, sem preocupação com início (simplesmente começa), a estória corresponderia a um rearranjo dos eventos descritos na crônica, com vistas a compor um processo de acontecimentos provido de começo, meio e fim. Assim, “[...] quando um conjunto de eventos é posto num código de motivos, o leitor tem diante de si uma estória; a crônica de eventos transforma-se num processo diacrônico concluído [...]” (WHITE, 2008, p. 21). Tal procedimento de transformação da crônica em estória, na proposta de White, tornava possível ao leitor do trabalho histórico (o público) fazer questionamentos como se estivesse

⁹ White (2008, p. 14) é enfático em afirmar que é impossível haver uma obra de história que não seja simultaneamente filosofia da história, na medida em que ambas são construídas com base em estruturas narrativas pré-concebidas que são metafísicas e meta-históricas.

lidando com uma estrutura sincrônica de relações, pois geralmente o historiador se deparava com um verdadeiro caos no campo histórico (experiência pretérita) — seja como registro histórico não processado (dados) ou enquanto outros relatos históricos (dados que já sofreram algum tratamento) — que necessitavam passar por um processo de hierarquização perfeitamente explicado no relato narrativo. Dessa maneira,

As *estórias* históricas reconstituem as sequências de eventos que conduzem dos inícios aos términos (provisórios) de processos sociais e culturais, de um modo que as *crônicas* não são obrigadas a fazer. A rigor, as *crônicas* têm finais em aberto. Em princípio não têm *inícios*; simplesmente começam quando o cronista passa a registrar os eventos. E não têm pontos culminantes nem resoluções; podem continuar indefinidamente. As *estórias*, porém, têm forma discernível (mesmo quando essa forma é uma imagem de um estado de caos) que separa os eventos nelas contidos dos outros eventos que poderiam aparecer numa crônica abrangente dos anos cobertos em seus desdobramentos (WHITE, 2008, p. 22).

É enfatizado que o rearranjo dos eventos contidos nas crônicas que se constituiriam nas estórias suscitava questões com as quais o historiador lidava e que procurava explicar no curso da construção de sua narrativa. Esses questionamentos, para White, seriam explicados de várias maneiras, porém dependeriam necessariamente dos elementos *não-primitivos* do trabalho histórico: os modos de explicação por elaboração de enredo (a estória romanesca, a comédia, a sátira e a tragédia); os modos de explicação por argumentação formal (o formismo, o organicismo, o mecanicismo e o contextualismo); e os modos de explicação por implicação ideológica (o anarquismo, o conservadorismo, o radicalismo, e o liberalismo) (WHITE, 2008, p. 23). Nesse sentido, o procedimento de levantar questões e posteriormente respondê-las de maneira convincente na própria narrativa consistiria num processo de edificação de um sistema de sentido oriundo fundamentalmente dos elementos *não-primitivos* do trabalho histórico. Portanto, os textos históricos foram considerados por White ficções com pretensão de verdade, que articulavam elementos *não-primitivos* na formulação de um estilo historiográfico (WHITE, 2008, p. 43).

Evoluindo em sua tese, White retornou à relação do historiador com o campo histórico (experiência pretérita), com o registro histórico não processado (dados) e com outros relatos históricos (dados que já sofreram algum tratamento), ressaltando:

Os relatos históricos se querem modelos verbais, ou ícones, de segmentos específicos do processo histórico. Mas tais modelos são necessários porque o registro documental não apresenta uma imagem não equívoca da estrutura dos eventos nele atestados. A fim de imaginar “o que realmente aconteceu” no passado, portanto, deve primeiro o historiador *prefigurar* como objeto possível de conhecimento o conjunto completo de eventos referidos nos documentos. Este ato prefigurativo é *poético*, visto que é precognitivo e pré-crítico na economia da própria consciência do historiador. É também poético na medida em que é constituído da estrutura cuja imagem será

subseqüentemente formada no modelo verbal oferecido pelo historiador como representação e explicação daquilo “que realmente aconteceu” no passado. Mas é constituído não somente de um domínio que o historiador pode tratar como possível objeto de percepção (mental). É também constituído dos *conceitos* que empregará para *identificar os objetos* que povoam aquele domínio e *caracterizar os tipos de relações* que eles podem manter entre si. No ato poético que precede a análise formal do campo o historiador cria seu objeto de análise e também predetermina a modalidade das estratégias conceptuais de que se valerá para explicá-lo (WHITE, 2008, p. 45).

Identificando o complexo estágio do trabalho histórico que recorrentemente conceituamos de heurístico, White o entendeu como um nível profundo de consciência no qual o historiador se enveredava no procedimento de escolha dos elementos *não-primitivos* que dariam origem à sua estória, cuja essência foi considerada poética. O teórico formulou uma arqueologia formal da produção do conhecimento histórico, nesta medida, tocando essencialmente no protagonismo e/ou figuração do historiador, pois considerou que este seria exposto a pré-figurações literárias: os quatro principais tropos da linguagem poética (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia), que direcionariam sua maneira de lidar com o campo histórico, o registro histórico não processado e outros relatos históricos, bem como determinariam sua escolha dos elementos *não-primitivos*. Em outras palavras, malgrado pudesse fazer escolhas no procedimento heurístico, o historiador desembocaria em algum dos quatro tropos da linguagem poética, que, do ponto de vista formal, já estariam prontos (prefigurados).

Em suma, White estabeleceu parâmetros já estabelecidos na moderna teoria literária para se pensar a narrativa histórica. Esses, por sua vez, consistiam nos quatro principais tropos da linguagem — metáfora, metonímia, sinédoque e ironia — em nas estratégias de explicação por elaboração de enredo (estória romanesca, comédia, sátira e tragédia), por argumentação formal (formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo) e os por implicação ideológica (anarquismo, conservadorismo, radicalismo e liberalismo). Nesta medida, sua perspectiva rompeu abruptamente com o tradicional cabedal teórico-metodológico de abordagem histórica, propondo um movimento interdisciplinar, sobretudo por assumir/defender a indistinção entre o produto final do conhecimento histórico (o texto) e a narrativa literária, o que automaticamente colocou sob suspeita a própria capacidade da história em oferecer uma representação do pretérito à luz da noção de verdade tradicionalmente estabelecida desde o século XIX.

A perspectiva teórica de Hayden White talvez assumiu um tom mais estruturalista em 1974, ano de publicação na revista *Clio* de *O texto histórico como artefato literário*. Neste ensaio o teórico buscou esclarecer alguns pontos obscuros, anteriormente publicados em *Meta-história*. Por esse motivo, inicialmente procurou estabelecer a noção de “meta-história”, pontuando que, por natureza, ela consistia num procedimento de autocrítica teórico-

metodológica no qual seriam levantados questionamentos sobre 1) a “estrutura de uma consciência histórica”; 2) o “estatuto epistemológico das explicações históricas”, em comparação com explicações dadas por outras áreas do saber no fito de esclarecer o mesmo material abordado pelo historiador; 3) as formas possíveis de “representação histórica” e suas bases; e 4) o “nível de autoridade” reivindicado pelos relatos históricos enquanto conhecimento seguro da realidade (WHITE, 1994, p. 98). Com base neste esclarecimento, White pontuou:

Uma das marcas do bom historiador profissional é a firmeza com que ele lembra a seus leitores a natureza puramente provisória das suas caracterizações dos acontecimentos, dos agentes e das atividades encontrados no registro histórico sempre incompleto. [...] de modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas tem mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências (WHITE, 1994, p. 98).

Subjaz a esse argumento a ideia de que os historiadores nunca negaram o caráter provisório de suas narrativas acerca do passado, porém, em grande medida, também nunca assumiram que suas narrativas poderiam ser tratadas como ficções verbais cujos conteúdos seriam inventados e/ou descobertos, fazendo com que se aproximassem muito mais dos seus pares da literatura do que propriamente dos cientistas. Essa proposição abre espaço para White dialogar com as contribuições de Northrop Frye em *Anatomia da crítica*¹⁰. Não obstante concordar com a distinção entre narrativa histórica e narrativa mítica, tal como estabeleceu Frye, White discordou do motivo dessa distinção — cuja ideia básica consistiu no atrelamento da narrativa histórica à realidade e do mito à ficção —, defendendo a ideia segundo a qual, igualmente como ocorria com as narrativas ficcionais e míticas, as narrativas históricas consistiam em tipos específicos de estruturas de enredo, especialmente porque conseguiam parte de seu efeito explicativo devido a operação da “urdidura de enredo” efetuada pelo historiador, que transformava fatos contidos em crônicas em histórias (WHITE, 1994, p. 99-100). Nesse sentido, Hayden White também dialogou com o filósofo e historiador britânico Robin George Collingwood, especialmente seu ensaio *A imaginação histórica* — no qual reconhecidamente Collingwood (1978, p. 287-306) se demonstrou defensor da tese segundo a qual o historiador, a partir de uma congêrie de “fatos” carentes de sentido histórico, se utilizava de uma “imaginação construtiva” para criar histórias plausíveis —, ressaltando que ele não percebeu o fato o qual nenhum conjunto acontecimentos históricos casualmente registrados poderia se constituir em história, pois os acontecimentos seriam convertidos em história porque

¹⁰ Cf. (FRYE, 1973).

os historiadores urdiam seus enredos, numa operação literária, de modo a suprimir, subordinar ou realçar alguns deles, caracterizando-os, repetindo motivos, variando tons, pontos de vista e estratégias descritivas (WHITE, 1994, p. 100).

Prosseguindo, White (1994, p. 101) salientou que grande parte “[...] das sequencias históricas podem ser contadas de inúmeras maneiras diferentes, de modo a fornecer interpretações diferentes daqueles eventos e a dotá-los de sentidos diferentes”. Isso porque nenhum acontecimento seria intrinsecamente trágico ou cômico, mas sim recebia tratamento de acordo com o ponto de vista do historiador e/ou em função da necessidade da narrativa histórica se adequar a um público alvo para que fosse dotada de sentido. Tal colocação tocou na relação passado-presente mediada pelos trabalhos históricos, que o teórico procurou explicar do seguinte modo:

O historiador partilha com seu público *noções gerais* das *formas* que as situações humanas significativas *devem* assumir em virtude de sua participação nos processos específicos da criação de sentido que o identificam como membro de uma dotação cultural e não de outra. No processo de estudar um dado complexo de eventos, ele começa por perceber a *possível* forma de estória que tais eventos *podem* configurar. Em seu relato narrativo do modo como este conjunto de eventos assumiu a forma que percebe ser inerente a esse relato, ele urde o seu relato na forma de uma estória de tipo particular. O leitor, no processo de acompanhar o relato desses eventos pelo historiador, chega pouco a pouco a compreender que a estória que está lendo é de um tipo, e não de outro: romance, tragédia, comédia, sátira, epopeia ou o que quer eu seja. E, depois de perceber a classe ou tipo a que pertence a estória que está lendo, ele experimenta o efeito de ter os eventos da estória explicados para ele. A essa altura, ele não apenas *acompanhou* com êxito a estória; ele captou o seu ponto principal, *entendeu-a*. A estranheza, mistério ou exotismo original dos eventos se dispersa e eles assumem um aspecto familiar, não em seus detalhes, mas em suas funções de elementos de um tipo familiar de configuração (WHITE, 1994, p. 102-103).

Nos é dito implicitamente que o lugar social, tal como postulou Michel de Certeau (2008, p. 66-77), também seria fundamental na operação de “urdidura de enredo” efetuada pelo historiador, pois a pretensa estória de um tipo particular a ser contada deveria se harmonizar com a dotação cultural do pesquisador e as formas de elaboração de enredo passíveis de assimilação por parte do leitor. Se o trabalho histórico conseguisse tal harmonia, o público passava de um estranhamento inicial da estória lida a uma relação de familiaridade estabelecida, especialmente porque os questionamentos e as explicações dadas pelo historiador seriam compreendidos à luz do prévio reconhecimento cultural da linguagem figurativa por ele utilizada.

White propôs, com efeito, que a narrativa histórica deveria ser concebida como uma estrutura complexa na qual se imaginava que o mundo da experiência existisse, tanto codificado como real quanto se revelando como ilusório no decorrer da narrativa histórica. Em outros termos, foi sugerido aos historiadores que assumissem a narrativa histórica enquanto um misto

de realidade e ficção. Para tanto, porém, o teórico salientou o necessário rompimento com a distinção clássica entre ficção e história, na qual a primeira seria tida como representação do imaginável e a segunda como representação do verdadeiro, sobretudo por meio da reorientação da noção de realidade, pois acreditava que “só podemos conhecer o real comparando-o ou equiparando-o ao imaginável” (WHITE, 1994, p. 115).

À luz desse argumento é necessário, enfim, observarmos que Hayden White chamou a atenção para a distinção inequívoca entre realidade passada e discurso historiográfico acerca dessa dada realidade. Não seria possível alcançarmos o passado e publicá-lo em forma de narrativa sem que houvesse uma construção/representação atinente ao mesmo. Os eventos pretéritos, neste sentido específico, não se constituiriam como fatos históricos sem que houvesse uma intervenção estilística por parte do historiador que buscava narrativizá-los no presente. Por esse motivo, White assinalou:

Na realidade, a história — o mundo real ao longo de sua evolução no tempo — adquire sentido da mesma forma que o poeta ou o romancista tentam provê-lo de sentido, isto é, conferindo ao que originariamente se afigura problemático e obscuro o aspecto de uma forma reconhecível, porque familiar. Não importa se o mundo é concebido como real ou apenas imaginado; a maneira de dar-lhe um sentido é a mesma. Do mesmo modo, dizer que conferimos sentido ao mundo impondo-lhe a coerência formal que costumamos associar aos produtos dos escritores de ficção não diminui de maneira nenhuma o *status* de conhecimento que atribuímos à historiografia. Só diminui se acreditássemos que a literatura não nos ensinou algo acerca da realidade, por ter sido o produto de uma imaginação que não era deste mundo, mas de outro, de um mundo inumano (WHITE, 1994, p. 115).

A indistinção entre narrativa histórica e narrativa ficcional é clarividente. De igual proporção é nítida a tese segundo a qual tal indistinção não rebaixa o tipo de conhecimento produzido pelos historiadores. Nesse sentido, concordamos com Carlos Oiti Berbert Júnior (2012, p. 183), que afirma: “Ao contrário do que se pensa, White nunca atacou as técnicas de pesquisa e o fato de o historiador poder referir-se ao passado”. Nesse viés argumentativo em que não há hierarquia entre a narrativa histórica e a ficcional, White fechou seu ensaio frisando:

A meu ver, a história enquanto disciplina vai mal atualmente porque perdeu de vista as suas origens na imaginação literária. No empenho de parecer científica e objetiva, ela reprimiu e negou a si própria sua maior fonte de vigor e renovação. Ao fazer a historiografia recuar uma vez mais até à sua íntima conexão com a sua base literária, não devemos estar apenas nos resguardando contra distorções simplesmente ideológicas; devemos fazê-lo no intuito de chegar àquela “teoria” da história sem a qual não se pode de maneira alguma considerá-la “disciplina” (WHITE, 1994, p. 116).

Com um diagnóstico mais uma vez nefasto, Hayden White praticamente conclamou a comunidade dos historiadores a revisar suas concepções teórico-metodológicas por meio de um passo atrás: a renovação de sua relação com a literatura, tão criticada no século XIX. Ao mesmo

tempo, sua proposta tocou no cerne do debate acerca da verdade na escrita da história, uma vez que, em sua perspectiva, os acontecimentos históricos não possuiriam vida própria sem a intervenção do historiador. Em vista disso, o prisma teórico-metodológico defendido por White representou um avanço no sentido da perda de ingenuidade narrativa e, do mesmo modo, no caminho da crítica mais acentuada aos próprios interesses existente na produção do conhecimento histórico, pois estimulou uma reflexão sistemática entre historiadores e não historiadores no tocante a esse processo e seu resultado final: a narrativa histórica. Em suma, como enfatizou Jörn Rüsen (2007b, p. 25),

Os critérios de sentido decisivos para o pensamento histórico, com os quais acontecimentos passados são ordenados em um contexto especificamente histórico (*post festum*), possuem uma qualidade especial. Hayden White os descreveu como “poéticos” e alcançou, com isso, uma influência altamente benéfica sobre o debate na teoria da história. Com essa peculiaridade narrativa ou até poética, o pensamento histórico protege-se de sua subsunção a uma concepção unitária de ciência, dependente de uma racionalidade monológica. O ângulo linguístico dessa concepção de (meta)teoria da ciência histórica vale para os procedimentos linguísticos mediante os quais os fatos obtidos das fontes pela pesquisa adquirem seu sentido histórico específico. Esse sentido se constitui na conexão narrativa que os articula, transformando assim ‘passado’ em ‘história’. Tais procedimentos constituem uma profunda dimensão da historiografia, na qual são evidentes surpreendentes pontos em comum com as formas literárias da constituição de sentido.

Considerações Finais

É inegável as contribuições Paul Veyne e Hayden ao debate pertinente à narrativa histórica. Justamente devido a relevância de ambos intelectuais, se faz necessário uma análise mais aproximativa no sentido de relacioná-los. Nesse propósito, imediatamente cabe ressaltar que, tanto Veyne quanto White, não podem ser unificados em uma única e exclusiva perspectiva de definição da narrativa histórica. Subjaz ao mencionado algumas características marcantes que expõem divergências em suas respectivas formas de posicionamento teórico.

Paul Veyne pontua que indiscutivelmente o narrar histórico se configura como um “romance real”. Nesse sentido, o resultado da investigação histórica será narrativamente encaminhado ao público como uma espécie de romance, cujas características resguardam certa dose de verossimilhança com a realidade experiencial. A história, com efeito, não se enquadraria no campo das ciências, mas das narrativas, porém uma narrativa que trata de eventos efetivamente ocorridos na realidade pretérita. Dessa maneira, na composição da “intriga” há uma dependência de indícios do passado, pois o “romance real” torna-se possível somente mediante a investigação amparada em documentos que, não obstante serem repletos

de lacunas, possibilitam uma narrativa acerca do pretérito de cunho realista. As teses de Paul Veyne soam com certa tonalidade agressiva às noções de História até então firmadas. Sua posição de que o trabalho histórico não possui método e não explica tal como as outras ciências constituem-se nas bases a partir das quais a cientificidade do conhecimento histórico é negada. Tais argumentos vão de encontro à noção segundo a qual os métodos utilizados pelos historiadores em suas pesquisas é que garantem a cientificidade da História, bem como afirmam que o modelo ideal de explicação histórica consiste no modelo de “explicação familiar”, visto que tal explicação desprovida de uma metodologia científica trata do cotidiano dos sujeitos históricos e sua compreensão depende fundamentalmente da armação da “intriga” efetuado pelo historiador.

Por seu turno, Hayden White pensa a narrativa histórica à luz da ideia de que a mesma se configura como uma “ficção verbal”, ou mais precisamente: numa “ficção literária”. Diferentemente do que se convencionou interpretar nas teses de White, sua noção de ficção deve ser compreendida no sentido da valorização da imaginação no processo constitutivo da narrativa histórica, muito embora ele acredite na força das formas literárias no transcorrer das escolhas do historiador. Por esse prisma, a natureza da narrativa histórica, em White, não deve ser problematizada com base nas noções tradicionais cujos critérios partem das diferenças entre ciência e arte, mas sim sob um novo olhar: aquele que leva em conta as relações de semelhança. Dessa forma, a proposta de White nos remete a pensar que a tarefa historiadora é repleta de regras de constituição de sentido, que devem ser respeitadas no momento de composição da narrativa histórica. O fato de o historiador efetuar a transposição de uma “crônica” para uma “estória” e aplicar sobre a mesma os princípios de explicação por elaboração de enredo, por argumentação formal e por implicação ideológica trazem em seu bojo a ideia de que existe uma sequência lógica que pode ser interpretada como uma metodologia na produção do conhecimento. Neste mesmo sentido, White também não deixa de pensar na adequação da narrativa histórica ao seu lugar social, sobretudo no tocante ao receptor desta narrativa, pois levando em conta os tipos possíveis de explicação histórica, o historiador, na proposta de White, deve escolher as formas de explicação que se combinem entre si e sejam adequadas ao público leitor.

Com efeito, embora Veyne e White soem aos historiadores como críticos ácidos da História como ciência, suas contribuições não devem ser relegadas ao segundo plano do debate epistemológico. No caso de Veyne, talvez seu grande pecado tenha sido a áspera crítica a existência de regras específicas utilizadas para se fazer a síntese dos fatos, bem como a desvalorização do tempo como elemento essencial para a construção historiadora (VEYNE,

2008, p. 61-63). Entretanto, uma de suas marcas alvissareiras é a problematização do trabalho do historiador como algo fundamental para os dias de turbulências no terreno historiográfico. Ao que se refere a White, subjaz aos seus escritos a importância da percepção da necessidade de formular uma autocrítica teórica entre os limites e/ou interlocuções de nosso conhecimento e o conhecimento proporcionado pelas ficções literárias. Dessa maneira, sua leitura torna-se referência na compreensão e problematização da delicada tarefa de relacionar e entender o funcionamento da estética, da retórica e da subjetividade do sujeito do conhecimento histórico na produção da narrativa que chamamos de História, embora ainda existam historiadores que guardam certo receio quanto as suas formulações, muitas vezes sem as lê-las na íntegra.

Veyne e White, como já mencionado, não podem ser visualizados sob a mesma ótica interpretativa no tocante à narrativa histórica, pois, apesar se unirem no caso da problematização da narrativa histórica, eles trilham caminhos que se apresentam destoantes pelo esboçado acima. Desse modo, se por um lado exista um flerte de ambos com a negação da pretensão à cientificidade do conhecimento histórico — no caso de Veyne passa do flerte para a afirmação —, por outro, ambos nos alertam sobre a necessária problematização da relação da narrativa produzida pelos historiadores e as demais narrativas existentes. De similar importância, cada qual a sua maneira chama atenção para o fato de o narrador de um relato historiográfico, além de ser macular de narrador onisciente — com algumas exceções em notas de rodapé nas quais procura justificar não abordar determinada eventualidade ou tema porque não interessa aos propósitos da narrativa —, também possui certa semelhança com um Deus onipresente, pois está em todos os lugares referentes ao tema abordado, desde que a narrativa exija tal empreendimento.

Em última instância, Veyne e White nos incitam à tarefa da autorreflexão e melhor compreensão de nosso próprio ofício. Como salienta Jörn Rüsen (2001, p. 25):

Autorreflexão, como retorno ao processo cognitivo de um sujeito cognocente que se reconhece reflexivamente nos objetos de seu conhecimento, é por certo um assunto que pertence ao trabalho cotidiano de qualquer historiador. Basta olhar para a própria práxis para se ver onde e como se pode alçar acima dela, tomando-a como base, refletir sobre ela, lidar com ela — para constatar que a autorreflexão é, com efeito, um elemento vital do dia-a-dia da ciência. Não se pode de forma alguma pensar o processo histórico de conhecimento em que o próprio sujeito do conhecimento deixasse de debruçar-se sobre si mesmo.

O caráter autoreflexivo do conhecimento histórico talvez seja o maior diferenciador da História no conjunto das ciências humanas, como já ressaltou o historiador Jurandir Malerba (2006, p. 15). Por esse motivo, tomar conhecimento das contribuições de Veyne e White se faz praticamente obrigatório aos historiadores preocupados com a produção do conhecimento

histórico e seu estatuto narrativo, seja como ciência, ficção ou enquanto fenômeno híbrido (ciência e ficção). De igual maneira, refletir sobre as proposições abordadas neste artigo é sempre um esforço teórico-metodológico considerável, o que possibilita aos estudiosos fazerem uma autocrítica referente aos seus próprios procedimentos de pesquisa, incluindo nisso a narrativização de dados colhidos e interpretados nas fontes, pois ambos são muito significativos em suas propostas de novas maneiras de pensar a disciplina histórica e a dimensão criativa o ofício do historiador.

Referências Bibliográficas:

- ANKERSMIT, Frank Rudolf. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: EdUEL, 2012.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, prefácio, introdução, comentários e apêndice de Eudoro de Sousa. Porto Alegre: Globo, 1966.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004
- BERBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. *A história, a retórica e a crise dos paradigmas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/Programa de Pós-Graduação em História/Funape, 2012.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____(Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 327-348.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 65-119.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- COLLINGWOOD, R. G. A imaginação histórica. In:_____. *A idéia de história*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 287-306.
- DANTO, Arthur. *Após o fim da arte: a arte contemporânea e os limites da história*. São Paulo: Edusp, 2006.
- DOSSE, François. Maio de 1968: efeitos da história sobre a história. In:_____. *História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate de sentido*. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 113-125.
- DROYSEN, Johann Gustav. *Manual de teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

- _____. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GERVINUS, Georg. *Fundamentos de teoria de História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. Trad. Eduardo Brandão e Rose Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOBSBAWM, Eric. A volta da narrativa. In: _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 201-206.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1994, 3 tomos.
- RORTY, Richard. *El giro lingüístico*. Dificultades metafísicas de la filosofía lingüística. Trad. Gabriel Bello. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica – Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2001.
- _____. *Reconstrução do passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007a.
- _____. *História viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007b.
- SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.
- STONE, Laurence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma velha História. *Revista de História*, Unicamp, n. 2/3, 1991, p. 13-37.
- VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- _____. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.